

Dossiê Direitos Humanos¹

Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história

1. O estado da questão

Em três milênios de história, os armênios conheceram longos períodos de opressão e curtos momentos de liberdade, o maior deles a partir do governo de Tigranes II, o Grande (94-56 a.C.). Por sua localização geopolítica, entre o Mar Mediterrâneo, o Mar Cáspio e o Mar Negro, um enclave entre o Ocidente e o Oriente, ou por sua opção religiosa, o primeiro Estado a adotar o cristianismo como religião oficial, a Armênia sempre teve diante de si a cobiça e a intolerância de outros povos. Assírios, medos, persas, macedônios, partos, romanos, bizantinos, árabes, mouros e turcos deram vez uns aos outros no domínio sobre essa nação que teimava em preservar sua cultura. Se a adoção do cristianismo contribuiu para o afastamento da Armênia do mundo oriental, a opção pelo monofisismo, segundo o qual, Jesus Cristo tem uma única natureza, a divina, ajudou a afastá-los também do Ocidente e das Igrejas Calcedonenses. Para complicar, quando não sofreram com o jugo externo se defrontaram com a ameaça interna, no seu próprio território, viram sua pátria cindir-se e cumpriram sua sina: emigrar. A Questão Armênia, a Causa Armênia surgiu como uma das mais polêmicas da política internacional no século passado, assim como uma postura de luta concreta, acentuada pela ação sistemática do Império Otomano em não só acabar com a idéia de liberdade, mas também com aqueles que a pregavam, o povo armênio.

2. Introdução

Antes de tudo gostaríamos de explicar o sentido formal, o sentido exato deste dossiê expresso na segunda parte do seu título: o mais longo genocídio da história. Quando dizemos o mais longo genocídio da história nos referimos a um período que abrange de 1895 à 1923, à Causa Armênia, ao Problema Armênio, à Questão Armênia, iniciada no século

*Doutor em Moral, professor de Ética do Departamento de Filosofia da UFF

XIX, depois de 1878, passando pelo grande massacre de 1895 e que se prolonga com a traição dos jovens turcos (1905-1907), atingindo o seu apogeu em 1915 com o genocídio propriamente dito. A comemoração deste genocídio se faz, a cada ano, no dia 24 de abril. Este longo período termina em 1921-1923 quando não só os armênios mas também os gregos foram vítimas dos turcos.

Dividiremos este texto em três partes: primeiramente, faremos a diagnose da situação, ou seja, estudaremos o Problema Armênio, a Questão Armênia, a Causa Armênia, a partir do que foi dito, falado e publicado na imprensa, na televisão, nesta década de 90²; num segundo momento, elaboraremos o perfil do armênio e o do turco, isto é, diremos quem é o armênio e quem é o turco; e num terceiro momento, nos fixaremos de maneira mais precisa no Problema Armênio, na Questão Armênia, ou melhor, na Causa Armênia, levando em consideração, sobretudo, os interesses econômicos europeus, em se tratando do Oriente Médio, e o assim Chamado "Terrorismo Armênio".

3. Diagnose a partir da Mídia

As emissoras de TV, os jornais, as revistas nacionais e internacionais têm publicado, neste últimos anos, matérias, artigos sobre o que vem acontecendo na Armênia e sobretudo, no Azerbaijão. As palavras Naquichevan, Nagorno Karabach³ se tornaram sons que escutamos freqüentemente e já nos são até mesmo familiares. Como explicar a existência de colônias armênias, deste reduto armênio, dentro do Azerbaijão? Sabemos que existem, atualmente, espalhados pelo mundo, mais ou menos sete milhões de armênios, dos quais quatro milhões vivem na antiga União Soviética. Dos quatro milhões de armênios da antiga União Soviética, dois milhões vivem na República da Armênia⁴ - o Estado Armênio juridicamente constituído com 49.000 km² - e na República da Geórgia. Os outros dois milhões de armênios vivem no Azerbaijão e no Turquestão, regiões habitadas por povos de muçulmanos e, portanto, inteiramente diferentes dos armênios em todos os sentidos: diferentes pela cultura, pela religião, pela língua e pela índole, muito mais parecidos com

os turcos do que com os armênios cristãos. A diferença que se evidencia nesta região é precisamente cultural. Se os azerbaijanes possuem a mesma índole, a mesma religião, a mesma configuração étnica dos turcos, podemos dizer que o problema fundamental é o problema turco-armênio, armênio-turco, o problema entre turcos e armênios. Por isso, vamos nos deter na causa, no núcleo do problema que é o Império Otomano invadindo, estuprando, deportando, matando toda uma raça desde 1895 até 1923 com as conseqüências que os armênios carregam até os nossos dias.

4. Perfil dos povos em conflito

4.1. Os armênios

Primeiramente gostaríamos de falar sobre os armênios. Quem são os armênios, quem é este povo, esta raça ?⁵. Podemos dizer que os armênios são descendentes dos hurritas que vindos da Índia, dominaram os planaltos do noroeste do Irã a partir do século XVIII a.C. em cortes bem ordenadas - uma organização militar superior a tudo o que era conhecido na época - dirigidos pelos seus dinastas indoarianos. Os hurritas chegam à Ásia Menor não conseguindo fundar um reino único por falta de entendimento entre os seus chefes. Estabelecem, então, pequenos, numerosos estados (principados) entre Khabur e Belikh (no curso superior do Eufrates), ao longo do rio e até o sul da Palestina. Pode-se dizer, então, que uma raça desconhecida, falando uma língua algo aparentada à dos urartianos e de algumas tribos do Cáucaso, deixa a sua marca no Oriente Próximo Ocidental, com seus conceitos cavalheirescos, seus deuses, e sua arte, que dão um aspecto novo à região. Estamos justamente na época de Hamurabi, rei de Babilônia.

No séculos XV a.C., os principados hurritas reuniam-se e formavam o reino de Mitanni, entre Khabur e Belikh. E mantinham sob o seu domínio Assur e todo o curso superior do Tigre. Uma revolta dos assírios foi duramente reprimida pelo ano de 1450 a.C. por Chochatar, rei de

Mitanni, que saqueou e levou os tesouros para a sua capital Vachukkani. Mas os hurritas, povo turbulento no qual cada chefe queria declarar-se igual a qualquer outro chefe e não se submeter à sua vontade, à autoridade do rei, carregavam dentro de si os germes da discórdia. Bastava ser o soberano um pouco fraco ou mau político, para que cada facção se declarasse inimiga do rei e adversária das outras rivais ao mesmo tempo. Foi justamente em decorrência desta falta de entendimento entre os principados Hurritas que, dois séculos mais tarde, os hititas e os assírios dividiram entre si o reino de Mitanni. O rei da Assíria, rindo da pretensa superioridade Hitita, apropriou-se da herança hurrita, começando as guerras de conquistas, as deportações e os genocídios sangrentos.

Desde o século XIII a.C., os assírios deram o nome de Uratri aos planaltos armênios, termo que designa uma região de montanhas. Posteriormente passaram a denominar de "País Nair" o conjunto formado pelas tribos hurritas que viviam em Uratri. Sob Assurbanipal II, a região é chamada ora Urartu, ora Nairi. No século IX a.C., o rei Aramé, reunindo os estados de Nairi, criava o reino de Urartu. Urartu é o mesmo que Ararat, diz Ciro da Pérsia. Já em 515 a.C., encontramos esta expressão Urartu como sinônimo de Ararat. Solidamente implantado em torno do lago Van (então chamado Mar de Nairi), o reino de Urartu expandia-se para leste. A cidade de Van (então Tuchpá), é a capital deste reino; a partir dela se criou a Armênia atual. Urartu estendia-se sobre mais de dois milhões de quilômetros quadrados e englobava conjuntamente o que viria a ser mais tarde a grande Armênia, a Cilícia, os principados de Karabach (isto é, uma parte da Turquia atual, o Trans-Cáucaso e o noroeste do Irão até Tabriz). Urartu acabou se livrando dos assírios. Urartu dominava a Ásia Menor, mas as lutas e os domínios recíprocos e alternados entre Mitanni e Assur, entre Hanigalbat e Assur, posteriormente entre Assur e Nairi, e finalmente entre Urartu e Assur, haviam também criado laços políticos, administrativos e culturais. Urartu, que possuía uma escrita ideográfica própria, preferiu utilizar a escrita assíria, derivada ela própria dos caracteres cuneiformes sumérios. O estado urartiano conservou seus hieróglifos só para o uso da administração e finanças. Assim, portanto, torna-se possível decifrar a escrita urartiana através dos caracteres assírios.

Do reino de Menuá, filho de Ichpuini (entre 800 a 780 a.C.) começou a grandeza de Urartu. O reino se cobre de cidadelas, templos, belos palácios no meio de pomares com árvores desabando de frutas, de vinhedos e campos irrigados e cultivados. Tuchpa, capital rica e próspera, cercada de muralhas ciclópicas, recebia sua água por um aqueduto de 80 km de comprimento construído através de montanhas. Argichti, filho de Menuá, ampliou o seu território para leste e para o vale do Araks, sobre a fortaleza de Arimpert, foi fundada Erebuni, Erevan, atual capital da Armênia. Por sete séculos, desenvolveu-se aí, uma civilização que não tinha nada a invejar aos maiores países da Antigüidade, desde a Suméria até Roma.

No século VI a.C., o reino de Urartu, esgotado pelas lutas incessantes contra os assírios e pelas dissensões internas, foi atacado no ocidente pelos frígios e na região leste por uma nova tribo indoariana, os cimerianos. Os montes de Urartu viraram campo fechado de batalhas entre frígios, cimerianos, citas, medos e até persas aquemênidas. O povo armênio é, portanto, oriundo da mistura de todos esses povos e dos autóctones urartianos. Os textos armênios e a tradição englobam esses diversos invasores sob dois termos: os hais e os armens. Pode-se também, notar, que o elemento dominante foi constituído pelo povo frígio que, seis séculos antes, havia conquistado o reino Hatti, prosseguindo a política de expansão para leste, o que caracterizou a obra dos hititas vencidos. Apesar dessas misturas nas quais são encontrados os hititas, os assírios, os gregos e outros povos da Mesopotâmia e da Palestina, como os gutos, kassites, arameus e até caldeus e hebreus, a base de formação do povo armênio é constituída pelo elemento urartiano. São encontrados indícios de civilização de Urartu nas igrejas e nos monumentos da Armênia cristã.

É portanto no século VI a.C., como comprovam os textos de Dario I, gravados nas rochas de Behistun, e na menção de Heródoto, que aparece o termo Armênia para designar a herança hurrita e urartina. Pode-se ligar este termo à denominação armêm relatada pela tradição popular do Cáucaso, enquanto os próprios Armênios chamam o seu país de Haiastan, dando preferência aos Hais.

Fora destas influências, nada mais, salvo o cristianismo, iria modificar profundamente as características do povo armênio, herdeiro

direto das civilizações mesopotâmicas. Os armênios se misturaram estreitamente a povos semitas e criaram, na alegria e no sofrimento, na paz e nas lutas cruéis, diferentes organizações sociais e culturais. Eis aí, em conclusão, a origem do povo armênio, unidos a mais antigos rebentos da árvore do Ocidente.

A Armênia é, antes de tudo, uma nação cristã. Os dois evangelizadores que entraram na Armênia, por fronteiras diferentes, só se encontraram uma única vez. Bartolomeu que foi o primeiro a declarar o Cristo Filho de Deus (João 1, 49), foi martirizado em 68 em Albanus (Bachkale). Se a tradição é perfeitamente segura no que concerne ao apóstolo Bartolomeu, são divididas as opiniões quanto a Tadeu. Para a maioria, trata-se do apóstolo Tadeu ou Judas; mas há uma minoria para qual é Tadeu Dídimos, de Edessa, antes discípulo, do que apóstolo de Jesus. Na mesma época do martírio de Tadeu, foram igualmente martirizados bispos, senhores nobres, gente simples, milicianos, príncipes de sangue real, sátrapas; o seu túmulo foi erigido em Ardaze, hoje Maku. Os túmulos dos dois evangelizadores, denominados por antonomásia "os primeiros iluminadores da Armênia", situados no sudeste da Armênia Antiga, tornaram-se santuários venerados. Segundo Ormanian, a missão de Tadeu durou 8 anos (35 a 43) e a de Bartolomeu 16 anos (44 a 60). Ambos evangelizavam, formavam discípulos, ordenavam bispos e implantavam a novidade do cristianismo nas montanhas da Armênia. A população dessas regiões, constantemente submetida às lutas de influência dos grandes entre si, forçada a fornecer contingentes de guerreiros para defender os interesses de Roma ou os primos persas de seus reis arsácidas, vivendo num mundo sem piedade na encruzilhada das invasões, não podia ficar indiferente às palavras de bondade e de fraternidade pregadas pelos apóstolos de Jesus Cristo. Apesar de ser a Igreja armênia constituída de modo independente e autocéfala desde o primeiro século apostólico, estava longe de ser alcançada pelo cristianismo a grande massa de sua população. Esta continuava ligada a seus antigos deuses, herdados na Índia através dos hurritas, medos, persas, panteão refinado pelos costumes helênicos e modernizado pela influência romana. Os bispos armênios, diante da hostilidade desses pagãos, viram-se forçados a transferir a sua sede de uma cidade a outra; as duas localidades freqüentemente citadas são: Sunik e Ardaze. A Igreja Armênia

foi, pois, fundada pelos apóstolos Bartolomeu e Tadeu. Estes estabeleceram um episcopado ativo que soube manter-se até o fim do século III d.C. (o último patriarca, S. Mehrujan, ocupou a sede de Ardaze até cerca de 260). Os milhares de mártires provam a amplitude da penetração do cristianismo na Armênia. Citaremos somente Santo Acácio e seus dez mil milicianos torturados e massacrados pela sua fé cristã em Ararat, sob o reino de Adriano, por ser este acontecimento comemorado concomitantemente pelos martirologios armênio e latino. No ano de 301, com a conversão do rei Tiridat III, o Grande, a Armênia seria o primeiro país do mundo a proclamar o cristianismo como religião de Estado. Doze anos mais tarde, em 313, o Imperador Constantino reconheceria a religião cristã como livre em seu Império. E só na altura do ano 323, ele próprio se converteria e seria batizado ao morrer em 337. Ora, a Armênia se tornou cristã bem antes do Imperador Constantino fazer da Igreja perseguida a Igreja protegida do Império Romano.

No século V da nossa era, nos deparamos com o alfabeto armênio. Mesrop vai ser o iniciador e quem faz cristalizar esta língua que passa a ser agora também escrita. O alfabeto é um dos laços culturais do povo armênio. Um sistema gráfico que resiste desde o século V, inclui 31 consoantes e 7 vogais, tem letras maiúsculas e minúsculas, escreve-se da esquerda para a direita e impressiona pela sua personalidade e limpeza visual. Através do alfabeto armênio manifestam-se autores importantes como Moisés de Khorene, Gregório de Narek, Nerses IV, Gregório de Tathev, Nahapet Kuchak, Gabriel Sunderkian, Raffi e Auetiq Isabakian. A tradição local atribui a dois santos da Igreja Armênia, São Mesrop e São Sahak, auxiliados por um grego de nome Ruponos a invenção do alfabeto no século V. Criava-se um sistema próprio para marcar a separação da igreja armênia da grega e síria e abrir a leitura dos textos bíblicos e de caráter religioso para os fiéis que falavam só a língua armênia, já que até então atendiam somente àqueles que sabiam o aramaico ou grego. É uma grafia provavelmente derivada do alfabeto da Pérsia - o armênio esteve sob o domínio persa até o século VII com influências siríacas e gregas. De início, o alfabeto armênio compreendia 36 letras, incorporando, no século XII, outras duas, para exprimir as palavras trazidas pelos cruzados. São Meroisp e São Sahad fundaram uma escola de tradutores que verteu a Bíblia para o armênio e desenvolveu intensa atividade, de tal modo que o

século V foi considerado o século de ouro da literatura armênia. Os mais antigos documentos que restavam nesse alfabeto datam dos séculos IX e X, mas foi somente no século XVIII, com o estabelecimento de tipografias em vários centros, inclusive em Veneza, na ilha de San Lázaro, que se verteram obras fundamentais da cultura ocidental. Um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da cultura armênia, o alfabeto estabilizou a língua falada e contribuiu para a união da igreja e da nação armênia, acompanhando o povo onde quer que estivesse, no território pátrio ou na diáspora.

O armênio é hoje falado por cerca de sete milhões de pessoas e sua escrita é o código comunicador no qual se concentram todos aqueles para os quais o termo Armênia é muito mais que uma simples palavra, significando a própria identidade nacional.

4.2 Os turcos⁶

Quem é o turco? O que é a Turquia? Turco significa "gente de força" e encontramos aí dois grupos propriamente ditos, os ceudiúcidas, no século XI, e os otomanos que têm origem em 1300 mais ou menos. A origem dos turcos é a seguinte: um povo vem do Turquestão, um povo guerreiro, gente de força; eles invadiram a Ásia Menor e converteram todos os habitantes desta região, à força, ao Islã. Absorveram todos os povos de raça diferente, entre estes, os armênios do estado de Gob até o Mar Cáspio. Em 1071, eles invadiram justamente esta região e em 1300 chegaram à Anatólia, tomaram todo o Império Bizantino, inclusive Constantinopla que resistiu durante quatro séculos. Os otomanos aterrorizaram o mundo por 300 anos. Em 1299, Otomano adotou o título de sultão e partiu para a conquista da Europa. Sob seu sucessor, Orkhanni, os turcos vão conquistar Constantinopla em 1453, dando início ao século de ouro, que vai ser justamente o século por excelência do florescimento do império otomano (daí em diante, encontramos uma decadência total). Os turcos são guerreiros que descem do Turquestão e vão tomando os lugares por onde passam, chegando mesmo a Viena. Toda a península balcânica vai ser submetida ao Império Otomano. Para os

habitantes não turcos do império otomano o mais difícil era suportar o que os turcos chamavam de Devshirme ou tributo de sangue, que consistia na entrega forçada pelos cristãos de seus filhos que eram enviados ainda meninos para Istambul e outras cidades turcas e convertidos ao Islamismo, passando a fazer parte do corpo dos genizaros, soldados encarregados de oprimir a própria população cristã. A língua turca pertence ao grupo lingüístico uraloaltaico, que se relaciona com o tronco fino-húngariano. Os húngaros, como os turcos, vagavam pelas estepes asiáticas como guerreiros, falando uma língua desvinculada de qualquer raiz. Não são indo-europeus como os armênios e os gregos. Esta é, pois, a origem dos turcos e de uma Turquia que se apresenta hoje com mais ou menos oitocentos mil quilômetros quadrados divididos em duas partes: do planalto da Anatólia, na Ásia, a Trácia oriental na Europa, que não é, senão, a continuação da região costeira da Anatólia com fronteiras ao norte, com o Mar Negro, ao sul, com o Mediterrâneo, a leste, com a antiga União Soviética (Geórgia e Armênia) e o Irã, e a oeste, com a Bulgária, Grécia e Mar Egeu, ao sudeste com a Síria e com o Iraque. Desses oitocentos mil quilômetros quadrados, encontramos mais ou menos trezentos mil que não pertencem à Turquia. Esta é a terra dos armênios, a Armênia, o país para o qual os armênios de todo o mundo estão voltados e que é o motivo da Causa Armênia, sobre a qual falaremos neste momento.

5. A Causa Armênia ⁷

Falaremos sobre a Causa Armênia, fazendo uma crítica a um livro que entrou no mercado editorial em 1988, publicado pelo Centro de Pesquisa de Istambul, na Turquia, intitulado *The Armenians in History and The Armenian Question* ⁸, o autor é o historiador Esat Uras. Trata-se de uma terceira edição de um livro publicado em 1951, preparado segundo os propugnadores da obra, com esmero, 40 anos de paciente pesquisa, reeditado em 1975 por ocasião do quinquagésimo aniversário da república turca. E agora, em 1988, uma terceira edição, tratando dos eventos, das visões e das interpretações, relacionadas ao problema armênio ocorrido durante o período de 1923 a 1985.

Na Introdução, os propugnadores da obra nos dão as razões para esta edição de 1988.

"As igrejas armênias, as organizações terroristas armênias, e vários governos, com um projeto claro de atacar a república turca e sua integridade territorial, e com um interesse explícito em ressuscitar antigos problemas, tais como o da questão armênia, trabalham continuamente, incrementando uma terrível propaganda para influenciar a opinião pública. Esta propaganda se efetua através de uma variedade enorme de meios e de metas: dos assim chamados livros didáticos aos catecismos sexuais, das fitas gravadas, aos vídeos, dos filmes e programas de TV, às brochuras e posters. E, finalmente, através dos assassinatos, dos sequestros e assaltos. Tudo isto com o intuito de chamar a atenção da opinião pública de certos países para a existência de um problema armênio. Particularmente, entre os anos de 1973 e 1985, quando nenhum outro meio era mais eficaz, os esforços foram concentrados no sentido de converter a questão armênia ou o problema armênio na causa armênia, mobilizando a consciência do mundo para esta causa com táticas terroristas. Diante de tudo isto, é essencial para a república turca e, especialmente, para o povo turco, envolvido na questão de modo particular, esclarecer a opinião pública sobre a natureza do terror armênio, sobre a real e verdadeira questão armênia. Esta obra quer ser, portanto, não só uma fonte importante de referência, mas também de esclarecimento." ⁹

Existe ainda uma razão para esta terceira edição da obra de Uras:

"Esta razão está ligada às desgraças sofridas pela Turquia, provenientes dos mais diferentes lugares e colocadas em prática através das mais variadas formas. Os ataques são realizados com eficiência e eficácia, sempre sob o terror e a anarquia das armas. De 1973 a 1985, o terror das organizações armênias causou a morte de aproximadamente 50 turcos e de um número de crianças, e a destruição de bilhões de liras em propriedades. Os armênios organizaram os mais terríveis e inumanos massacres, crimes, assaltos da história recente, enquanto, nesta época, mais de quinhentos mil turcos morriam no país, vítimas do terror e da anarquia armênia. A verdadeira existência do Estado, e a conseqüente legitimação do seu regime político, vem sendo colocada continuamente em

perigo pelo terrorismo armênio, cujos membros não são mais do que turcos traidores, turcos que querem renegar a sua casa, que rejeitam o seu lar. A propaganda armênia está sempre circunscrita aos temas do Genocídio e das Deportações, com a finalidade de sensibilizar ainda mais os países hostis à Turquia".¹⁰

Assim sendo, um esforço ilimitado é colocado em prática no sentido de transformar a Questão Armênia e o Problema Armênio na Causa Armênia sob a égide do Genocídio e da Deportação, temas reivindicadores da independência nacional. A obra de Uras quer, pois, mostrar a falsidade dos temas acima mencionados, quer desmascarar o que está por detrás do que os armênios chamam de deportações e de genocídio. Toda tentativa de concentração nos acontecimentos de 1915 e a ignorância dos desenvolvimentos que se sucederam a partir de então, segundo Uras, só proporcionam ao leitor uma imagem incompleta da situação. Assim sendo, para os propugnadores da obra, esta é uma tendência assumida também por certos governos, qual seja, explorar o problema armênio, a questão armênia em vista de suas aspirações geopolíticas particulares¹¹. Esat Uras, quer afirmar, portanto, neste seu livro, que a questão armênia: "foi muito mais usada como meio do que como um fim na história e este meio não foi senão propaganda psicológica anti-turca, uma arma diplomática em vista de outros objetivos. E qual o preço que os armênios pagam por isso? O de receberem um novo nome, o de terroristas no sentido internacional do termo".¹²

Passaremos, portanto, a falar do Genocídio Armênio, do Problema Armênio, da questão armênia, da causa armênia, fazendo uma crítica a esta obra. Uras apresenta o povo armênio como subvertedor da ordem e nega o direito territorial armênio. Para Uras, todo o interesse armênio consiste em comover a opinião pública contra os interesses turcos. O autor quer que o seu compromisso seja com a história; infelizmente, precisa ser dito, este compromisso foi rompido desde que, por motivos alheios, se deu à tarefa de refazer uma história da Turquia, deturpando as próprias origens étnicas, apoderando-se da identidade dos povos milenares desaparecidos na Anatólia. Os turcos, descendentes de povos asiáticos da família tártaro-mongólica e procedentes das estepes da Ásia Central, chegam à Ásia Menor nos séculos XI e XII da nossa era, em condições de

tribos. Pois estes povos se dizem, hoje, descendentes dos hititas e, como tais, donos milenares da Ásia e das civilizações aí instaladas. São deles os monumentos e as obras de arte dos hititas, dos gregos e dos armênios. O autor perscruta como lhe convém. Seleciona os trechos, interpretando-os fora do contexto, manipulando-os de acordo com intenções muito bem determinadas. Enfatiza as críticas internas dos armênios, como as dos autores e diplomatas estrangeiros não simpatizantes com a Causa Armênia. Após cada capítulo, uma bibliografia é citada, mas amplamente manipulada. Com habilidade de cirurgião, ele mutila os documentos, citando apenas o que satisfaz aos interesses turcos. Para a obra, os documentos que atestam o genocídio não passam de mito, criado pelos armênios, com o fim de reivindicar territórios e indenizações. A tese da obra é claríssima: não houve genocídio e, portanto, não há lugar para reivindicações de territórios e de indenizações. Tudo não passa de propaganda armênia, de pressão psicológica junto aos governos inimigos da república turca. Aqui a identidade armênia é sempre minimizada e mesmo negada. A Armênia nasce de uma dinastia legendária. Seu território foi sempre cena de conflitos entre persas e árabes, romanos, bizantinos e russos; por isso, na concepção do livro, nunca existiu um território armênio devidamente constituído. Pois estes são os fantásticos argumentos para os propugnadores desta compilação mentirosa defenderem a ocupação de trezentos mil quilômetros quadrados do território armênio pelos turcos na Armênia ocidental e os prejuízos que, desde o século XVI, a Turquia vem causando a esta nação.

No que tange à documentação do genocídio de 1915, uma série de telegramas do então ministro do interior Talaat Pashá, ordenando exterminar inteiramente os Armênios e prometendo castigar os funcionários da administração que não cumprissem cegamente esta ordem, telegramas estes cifrados e reconhecidos em todo o mundo como documentos importantíssimos sobre o genocídio, não são aqui sequer mencionados.

Uma das acusações que esta obra faz contra as reivindicações dos armênios diz respeito às estatísticas. Para o livro, as estatísticas armênias são falsas. Ora, os historiadores são unânimes no que se refere ao número das perdas e dos prejuízos ocorridos entre 1915 e 1920. Só durante esta

época podemos afirmar que 1.500.000 Armênios foram mortos pelos turcos. Entre eles, encontram-se intelectuais, escritores, poetas, redatores, professores, diretores de escolas. Duas mil e quinhentas cidades foram cruelmente saqueadas, quatro mil igrejas e capelas foram destruídas ou danificadas e transformadas com outras finalidades. Duzentos e três mosteiros foram secularizados, assim como cerca de 30.000 manuscritos, perdidos ou queimados. A Igreja Apostólica Armênia perdeu 3.000 presbíteros e 50 bispos e arcebispos. Os dignatários, depois de torturados, foram lançados ao petróleo e queimados vivos. Vê-se, pois, de modo patente, que durante estes cinco anos, durante o Genocídio, as perdas foram enormes e os números aqui mencionados são, com segurança, internacionalmente reconhecidos. O que se poderia acrescentar em termos de perdas humanas, de prejuízos, de danos materiais e morais quando se sabe que desde 1895 até 1923 a repressão, os massacres, as deportações foram efetuadas de modo quase contínuo e, em períodos determinados, com a ênfase total de uma vontade de extermínio brutal. Por isso, chamamos o genocídio armênio de "o mais longo da história".

A pouca importância que Uras outorga ao Tratado de Paz de Sèvres, firmado em 10 de agosto de 1920 entre as principais potências aliadas, contendo seis artigos relativos à Armênia (Secção VI, artigos 88 a 93), onde estas mesmas potências aliadas declaram reconhecer a Armênia como estado livre e independente, e a relevância com que o autor divulga, pormenorizadamente, a Conferência de Lausanne, onde, no início, os representantes armênios não foram sequer admitidos pelos turcos e onde houve sequer satisfações para as suas reivindicações, mostra a coerência do autor se inserindo na tradição de intransigência prepotente de seu país. Fossem os governantes da Turquia mais liberais e menos manipuladores, utilizando sempre de sua posição estratégica para fazer com que potências internacionais interferissem na vigência dos tratados (o próprio Tratado de Sèvres foi trocado pelo de Lausanne por pressão da Turquia junto às potências aliadas); fossem os governantes turcos realmente sinceros, conferindo de fato a segurança física aos armênios, assim como a segurança de seus bens materiais e culturais; viessem aqueles realmente ao encontro de seus justos anseios pela, pelo menos, autonomia federativa dentro da região, provavelmente teriam sido prevenidos os tristes fatos que aconteceram. Mas a posição turca foi

sempre outra, marcada pela arrogância, sempre impôs as suas decisões sob a ameaça de armas. Os armênios foram obrigados a renunciar ao Tratado de Sèvres no dia 03 de dezembro de 1920.

Mas a ênfase total da obra é colocada no que a introdução cognomina de Terror Armênio. A própria edição de 1988 se nos apresenta como "revista, aumentada e completada com os dados dos atos terroristas de 1973 a 1985".¹³

A ênfase da obra não poderia ser outra. Para os patrocinadores desta compilação, foram os armênios a massacrar os turcos. Segundo eles, os armênios só acusam. Ora, a posição turca não poderia ser diferente. É preciso contra-atacar para, do estado de réu, passar para o de vítima e acusar. Não se pode negar que tenham existido Grupos Armados de jovens Armênios¹⁴, mas quem são estes jovens e o que visam? Antes de tudo deve-se dizer que este Movimento Armado é uma reação, é efeito, é consequência. São movimentos que surgem depois do genocídio. Não se pode, pois, confundir e muito menos reduzir a história. Começa-se, sim, pelo início, não pelo fim como se este fosse a causa de tudo. Insinuar que conseqüências possam ser a causa, é, no mínimo, distorcer, manipular. Terror foi, sim, a crueldade institucionalizada de modo amplo e irrestrito a partir de 1880, colocada em prática sob a égide do próprio estado turco. O terror institucionalizado, assumido, financiado por um império que ordena "o extermínio, o fim dos armênios sem escutar os sentimentos da consciência".¹⁵

Mas qual seria a verdade sobre a reação dos Grupos Armados de jovens Armênios? Para os responsáveis pelo genocídio armênio não houve um julgamento de Nürenberg. Na década de 20, o povo armênio estava saindo da grande tragédia. Dizimado, disperso, desamparado, os armênios não conseguiam senão sofrer e suportar. Mas o limite chegou e o povo decidiu fazer a sua justiça, a justiça que nunca foi feita pelos organismos internacionais por causa dos interesses estratégicos e das mil conveniências. Meia dúzia de jovens que viveram, existencializaram os horrores dos massacres, todos estudantes, foram à procura dos esconderijos dos principais responsáveis pelo genocídio, na época, todos foragidos. Nos anos de 1921-1922, foram localizados e mortos a tiros sete deles. No dia 15 de março de 1921, foi morto em Berlim a figura número

um, Talaat Pashá, por Solomon Tehlirian, preso pela polícia alemã e julgado. Apesar de seu ato premeditado, Tehlirian foi absolvido. Este processo está todo documentado. Foi o julgamento do século. O objetivo do movimento armado é encontrar uma solução para a Causa Armênia. O que se deseja é o reconhecimento, pelo governo turco, do genocídio cometido contra o povo armênio, a devolução dos territórios ocupados aos seus donos armênios, estabelecidos no Tratado de Sèvres em 10 de agosto de 1920 e a indenização pelos prejuízos causados nos anos 1915-1922. A atitude pacífica do povo armênio (de 1878 do Tratado de San Stefano que oficializou a causa armênia a 1975 quase 100 anos, portanto) para ver solucionada a sua causa através do diálogo e de outras tentativas parlamentares (malogradas pela intransigência do governo turco e pela inércia da O.N.U.) não teve outra alternativa se não a luta armada, como meio de apelar à solidariedade dos povos civilizados pela solução da causa armênia. Um dito popular armênio diz: "Quando não há saída a vez é dos loucos". Pois estes jovens armênios saíram à cata dos porta-vozes do governo turco, difundindo mentiras, falsificando fatos, confundindo a opinião pública mundial, minando, através de chantagens nos meios diplomáticos, os procedimentos pela solução da causa armênia. Isto para forçar o governo turco a abrir diálogo direto com os armênios ou através de terceiros. Mas até hoje, a Turquia recusa o diálogo e vem constantemente pressionando o mundo inteiro para não fazer justiça. Encorajada pela impunidade atual, a Turquia espera sepultar definitivamente o seu crime. Os armênios contudo, nunca deixarão de denunciar e de reclamar justiça e reparação.

A obra de Uras pois, na verdade é uma anti-história da Armênia. É mais uma distorção, mais uma mentira, mais uma tentativa para se refazer uma história falsa. Esat Uras pretende ser rigoroso, científico, mas os prolegômenos de seu texto já mostram, indicam de modo muito claro o prisma mediante o qual o mesmo deve ser lido. Sua objetividade é, pois, aprioristicamente viciada, pois o rigor da ciência implica, antes de tudo, no reconhecimento da verdade. Ora, a verdade aqui é manipulada, distorcida, considerada só sob os ângulos da conveniência, ou melhor, dos interesses, do pressuposto turco. E a verdade pela metade, a meia verdade é pior do que a mentira, porque é mascarada. O reconhecimento da realidade histórica é o primeiro passo para proibir e evitar todo tipo de

repressão em qualquer país. E é isso, só isso, que os armênios desejam. Que a justiça lhes seja feita. A sub-comissão de prevenção das discriminações e proteção às minorias da O.N.U. estabeleceu o reconhecimento daquilo que ninguém pode negar. Mediante votação, foi aprovado, por maioria, um relatório sobre o genocídio, em que inclui o caso armênio de 1915, como genocídio. A aprovação do dito relatório é uma vitória da justiça e da humanidade. Este documento não apenas ratifica os fatos históricos realizados pelo governo otomano, contra os armênios, mas demonstra também, a obsessão turca em querer negar o que é evidente, patente. A mesma posição foi assumida pelo Parlamento Europeu quando reconheceu, por votação da maioria de seus membros, o genocídio dos armênios. Sim, querer negar o que é óbvio, dizer que um país de mais de dois mil anos de existência, baluarte da civilização européia, portador de uma organização social, de uma língua, de uma literatura, de uma religião, de uma arquitetura, de uma escultura, de uma pintura genuína, dizer que este país não existe é mentir para o mundo. E o mundo não pode aceitar esta mentira escandalosa, impertinente, obsessiva. O sangue dos milhões de mártires, os fragmentos de pedra das inúmeras igrejas destruídas na Ásia Ocidental, a pedra viva e a viva voz das testemunhas que sobreviveram à barbárie otomana estão aí para dizer e comprovar o que dizem: "A Armênia só pode ser dos armênios". Isto é o mínimo que se pode reivindicar para o povo que sofre e sofre até hoje a maior injustiça da história, o mais longo genocídio.¹⁶

NOTAS

1. A Comunidade Internacional dedicou o ano de 1998 aos Direitos Humanos. No cerne dos mesmos direitos não pode haver nenhuma dúvida sobre a sua universalidade, não pode existir relativismo possível em nível de valor. E, no entanto, sabemos como em todos os tempos, no mundo inteiro, estes direitos fundamentais do homem foram desrespeitados e manipulados. A historiografia nos mostra que houve estados soberanos e governantes profundamente honestos e sensíveis para com as opções profundas dos seus súditos. Arnold TOYNBEE considera Ciro II, O Grande, KUROSH EL KABIR, da Pérsia, o Pai dos Direitos Humanos. Este foi o grande unificador e congregador de povos, sábio, justo e tolerante. Recebeu elogios dos adversários, os gregos. Outorgou a liberdade aos hebreus, ajudando-os,

em sua terra, a reconstruir o Templo. Cognominado *Messias* no Deutero Isaiás, ele foi o protótipo do rei justo e bom. Cf. TOYNBEE, A. *A study of history*, Oxford University Press, vol. VII 178,180,183, 205, 206-7, 582-4,597-9, 603-5, 611, 657, 660, 679, 683. Da mesma forma, na Índia, durante o período mongol, governou AKBAR, célebre pela tolerância religiosa, militar, política e pela abnegação; o imperador da integridade e do respeito para com as *diferenças*. Cf. Id. *Ibid.*, VII, 19, 106, 127, 183, 186, 195. Cf. GROUSSET, René, *Figures de Prone*, Paris, 1949, 306-326 (*Akbar et le destin de l'Inde*). Mas se houve um *Ciro* e um *Akbar*, houve também, na mesma Ásia, um *Tallat Pashá*, o ministro do interior do império otomano que executou o genocídio mais longo da história. O presente dossiê será dedicado a esta *questão* ainda não resolvida histórica e politicamente.

2. Cf. *Time*, 5 (january 29, 1990) 8-12. *Newsweek*, 5 (january 29, 1990) 8-14.

3. Em julho de 1923, a região de *Nagorno-Karabach* foi declarada autônoma, mas entregue à administração do Azerbaijão. A decisão foi tomada porque Stalin queria obter apoio dos muçulmanos da Ásia Central. A *incorporação* nunca foi aceita pelos armênios. Em fevereiro de 1988, o então Soviete Supremo de Nagorno-Karabach aprovou a devolução do território à administração da Armênia. Começaram, então, os choques étnicos entre armênios e arzerbaijanes, com centenas de mortes. Armênios foram ainda massacrados em Baku e em outras cidades do Azerbaijão. Em janeiro de 1990, tropas do Ministério do Interior da antiga U.R.S.S. intervieram no Azerbaijão para conter os choques armados entre as duas nacionalidades.

Faço a transcrição do Prefácio do livro "Ethnic Cleasing in Progress - War in Nagomo Karabakh - Caroline Cox e John Eiber, escrito por Elena Sakharov, viúva do conhecido físico Andrei Sakharov, ela própria uma armênia. Tem-se aqui de modo muito patente, um diagnóstico do conflito na Região.

"Um dos autores deste trabalho, Lady Caroline Cox, tem, durante os dois últimos anos, se dedicado a ajudar a população de Nagomo Karabakh, e aos refugiados de Karabakh e do Azerbaijão. Fazendo isso, ela demonstra um alto grau de coragem pessoal enfrentando tiros e bombardeios, arriscando a vida para prestar ajuda humanitária diretamente dentro das zonas de guerra. Não é ouvindo comentários de terceiros, ou de acordo com notícias veiculadas na imprensa que ela tomou conhecimento dos infortúnios e sofrimentos dos pacíficos habitantes desta região - mulheres, crianças e velhos; ela presenciou esse sofrimento pessoalmente, passou inúmeras noites com eles em abrigos anti-aéreos, celeiros, e nas suas casas em vilarejos, que poderiam ser destruídas a qualquer momento por uma bomba ou fogo de artilharia. Ela repartiu seu pão, quando eles não possuíam nada, e chorou por seus filhos e maridos mortos. Não conheço ninguém no mundo ocidental que tenha se envolvido tão profunda e completamente com os acontecimentos naquela região. Assim, é uma grande honra para mim escrever um prefácio para este trabalho, embora não partilhe integralmente suas perspectivas históricas: eu acredito que basicamente a presente tragédia é causada, não por fatores religiosos ou culturais dos dois povos, mas sim pela obstinação na prioridade do princípio de integridade territorial, a qual é direito de estado, colocando-a acima do princípio de autodeterminação nacional, a qual é parte integrante dos direitos humanos.

Já se passaram 5 anos desde o início dos conflitos em Karabakh. Em resposta ao pacífico apelo apresentado em uma sessão do Soviet Regional de Nagorno Karabakh para que a região fosse transferida da jurisdição administrativa do Azerbaijão, ou diretamente ao governo da URSS como é até agora, ou então à Armênia, instalou-se um processo de genocídio e massacres contra os armênios, provocados pelas autoridades do Azerbaijão (em Sumgait, Ganja, Baku, etc). A seguir, houve deportação forçada do povo de Karabakh, comandada por forças militares do exército soviético em conjunto com o ministério de assuntos internos do Azerbaijão. Seguiu-se a destruição de vilas e cidades, queimada de safras e colheitas, roubo de gado, assassinatos, estupros e captura de reféns que foram torturados nas prisões do Azerbaijão. Esta limpeza étnica, que deixou o Azerbaijão praticamente livre de armênios, e que também ameaçou transformar toda a população de Nagorno Karabakh em refugiados, foi ignorada pela comunidade internacional e pelas Nações Unidas, apesar dos inúmeros apelos recebidos do mundo ocidental e do povo da Rússia. Foi este processo de expurgo étnico que levou o conflito, numa escalada crescente de violência, para uma guerra aberta.

Além do mais, no outono de 1989 o Azerbaijão iniciou um bloqueio à Armênia. Na ocasião, Andrei Sakharov pediu para que países do mundo ocidental estabelecessem uma ponte aérea de solidariedade. Este apelo se baseava na obrigação que têm as Nações Unidas e Comunidade Européia de defender as leis internacionais, especialmente a Convenção de Genebra, que proíbe qualquer espécie de bloqueio imposto a um país pacífico. Desde esta data, o bloqueio tem sido constante. Isto destruiu a economia do país, levando 3,5 milhões de armênios à beira de um desastre nacional, espalhando a ameaça de morte a milhares por frio, fome e doenças. Atualmente a Armênia lembra muito Leningrado durante o cerco dos exércitos de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Não existe eletricidade, nem televisão ou rádio; não existe aquecimento ou abastecimento de água; o pão é racionado a 200 grs. por pessoa ao dia; refugiados vivem em tanques, que originariamente foram utilizados para o transporte de petróleo; e bandos de cães famintos vagam pelas ruas, tão bravios, que as pessoas quando saem de casa têm de se armar de bastões para se protegerem contra eles, e aqueles que estão fracos não devem nem sair de casa. É impossível remeter uma encomenda ou transferir dinheiro de Moscou, pois não há vôos regulares. O bloqueio (e também o constante bombardeio e ataque às vilas e cidades armênias da fronteira) continua apesar das reiteradas declarações da Armênia de que não existe qualquer problema territorial com seus vizinhos.

Os países ocidentais, as Nações Unidas e o CSCE, desde fevereiro de 1988, têm se mostrado surpreendentemente indiferentes ao conflito em Karabakh, e não têm feito qualquer tentativa para conseguir uma solução pacífica - nem mesmo a comissão do CSCE liderada por Mario Rafaelli. Tampouco tomaram qualquer atitude prática para fazer cessar o bloqueio à Armênia e Karabakh, ou para ajudar os mais de 350.000 refugiados. Nem mesmo oportunidades diplomáticas ou políticas foram aproveitadas para compelir o Azerbaijão a levantar o bloqueio, ou obrigar a Turquia a abrir um corredor por onde possa fluir ajuda humanitária até a Armênia.

O presidente armênio, Levon Ter-Petrosian apelou a todos os países da CIS para que exercessem pressões sobre o Azerbaijão. Sei que o presidente do Kirgiztan, Askar Akayev, respondeu ao apelo

endossando o pedido a todos os líderes destes países, e também ao presidente do Azerbaijão, Elchibey, e ao presidente da Turquia, Turgut Ozal. Todavia, o que pode fazer um pequeno país como o Kirgizstan, quando gigantes como os USA e Alemanha não entendem que o bloqueio à Armênia é uma nova forma de racismo; seu povo está sendo vítima de sofrimentos imensos só porque eles têm a mesma nacionalidade do povo de Karabakh, que está lutando por sua independência.

Outro aspecto da atual política dos países ocidentais precisa ser mencionado: sua incapacidade em entender a importância de ajudar aqueles novos estados cujos governos tentam, apesar de todas as dificuldades, estabelecer regimes democráticos, especialmente o Kirgizstan, que necessita urgentemente auxílio humanitário após sofrer os desastres naturais do ano passado, mas que vem recebendo muito menos ajuda que seus vizinhos totalitariamente comunistas.

No passado, a ajuda internacional dos Estados Unidos era direcionada especificamente a ajudar países onde os direitos humanos não eram violados e cujos governos agiam de acordo com princípios democráticos. Hoje, este país, sob nova liderança, deverá reafirmar estes princípios básicos.

A Armênia não precisa de soldados americanos ou de seu armamento. Possui um governo e um parlamento eleitos democrática e honestamente, sem qualquer falsidade. Seu governo não está engajado em uma guerra civil contra sua própria gente, ou qualquer facção dela. Tampouco, são requeridas tropas americanas em Karabakh, que formou um corredor de ajuda humanitária ligando-a à Armênia, as custas do derramamento de seu próprio sangue. Porém Karabakh e seu povo necessitam de reconhecimento diplomático para subsistir, o que é absolutamente legítimo de acordo com o referendun ali havido em janeiro de 1992. O que a Armênia precisa é de esforços políticos e diplomáticos empreendidos pelos países ocidentais, a fim de por fim ao bloqueio, além de temporária, porém maciça, ajuda humanitária.

Caso os países ocidentais, e primordialmente os Estados Unidos, não fizerem nada no momento atual, e somente se conservarem em uma posição isolacionista, a humanidade terá de enfrentar em futuro próximo, não somente outra vergonhosa derrota da democracia, mas também a guerra, destruição e atrocidades em escala idêntica às que aconteceram na antiga Yugoslávia.

Ainda hoje, é possível encontrar uma solução para o conflito de Karabakh e salvar a Armênia, com base na salvaguarda dos princípios de defesa dos direitos humanos.

Elena Bonner Sakharov

11 de março de 1993."

4. Em agosto de 1990, o Parlamento da Armênia decidiu por 183 votos contra dois, aprovar uma declaração de Soberania em relação à antiga U.R.S.S. e adotou o nome de *República da Armênia*. A declaração inclui a adoção de um sistema pluralitário e o direito inalienável do controle de Nagorno-Karabach.

5. Cf. NERSESSIAN, Sirarpie der, *Los Armenios*, Ediciones Alean, Buenos Aires, 1987.
6. Cf. Facts about Turkey, Starle Information Organization, Le Seuil, Paris, 1977; id, *La Cause Arménienne*, Editions du Seuil, Paris, 1983; HARTUNIAN, Abraham H.; *Ni reir ni llorar*, Memórias del Genocidio Armenio, Buenos Aires, 1971; OHANIAN, Pascual C., *La Cuestion Armenia y las Relaciones Internacionales*, Buenos Aires, 1975. MELIKIAN, Richard G., *The Armenian Answer to the Armenian Question*, Best Western Press, Phoenix Arizona, 1986.
7. TERNON, Yves, *Les Arméniens; Histoire d'un Génocide*, Le Seuil, Paris, 1977; id, *La Cause Arménienne*, Editions de Seuil, Paris, 1983; HARTUNIAN, Abraham H.; *Ni reir ni llorar*, Memórias del Genocidio Armenio, Buenos Aires, 1971; OHANIAN, Pascual C., *La cuestion Armenia y las Relaciones Internacionales*, Buenos Aires, 1975. MELIKIAN, Richard G., *The Armenian Answer to the Armenian Question*, Best Western Press, Phoenix Arizona, 1986.
8. *The Armenians in History and the Armenian Question*, URAS, Esat, prepared for publication by the *Historical Research Publishing Unit* under the supervision and general coordination of the *Istanbul Research Center*, Istanbul, 1988.
9. URAS, Esat, op. cit., pag. 5-9.
10. Idem ibid., pag. 5-9.
11. Idem ibid., pag. 5-9.
12. Idem ibid., pag. 5-9.
13. Idem ibid., pag. 5.
14. Cf. DEREBIAN, Carlos, *La Diaspora Armenia, la violencia en los ultimos veinte años, (1965-1985)*, Buenos Aires, 1986.
15. Frase extraída de um telegrama do então ministro do interior turco, Talaat Pashá, à prefeitura de Alepo.
16. O tom argumentativo, polêmico, tal como defendemos neste Dossiê a Causa Armênia se fundamenta no fato, apodicticamente constatado, de ser esta uma *Questão* histórica e politicamente ainda não resolvida. Se houve um *Tribunal Internacional* em favor do holocausto judeu, até hoje não houve um juízo adequado para com o genocídio armênio. Se a *questão* se encontra hoje, um tanto abafada, é porque outros problemas com relação aos Direitos Humanos, na Turquia, se sobressaem. Refiro-me ao problema do *Chipre*, do qual os gregos fortemente participam e ao problema dos *curdos*, o mais polêmico e o mais divulgado pela imprensa internacional, no momento. Somos também absolutamente conscientes de que a linguagem falada por alguns seguimentos e instituições na República da Armênia é muito mais tênue, mais branda. O próprio presidente da república, o primeiro democraticamente eleito, *Lekon Ter Petrossiuan*, insinuou publicamente que seu país não tem problemas de fronteira. A hora política é a da

negociação e do diálogo. Mas, a meu ver, não se pode, sob o pretexto de um diálogo, absolutamente esquecer as atrocidades históricas que persistem, até hoje, na memória daqueles que sofreram o genocídio e a deportação e precisaram sobreviver na Diáspora, assim como através do problema insolúvel de Karabach.

No início da nossa década, o grande cineasta armênio *Henri Verneuil (Achod Malakian)*, escreveu a sua história dramática que coincide com o genocídio de seu povo e a intitulou *MAYRIG, MÃE, MAMÃE*, a heroína de sua família. Esta obra lírica monumental transformada em dois filmes (*MAYRIG* e *RUE PARADIS*), tendo como protagonistas Claudia Cardinale e Omar Sharif, dirigidos pelo próprio Verneuil, foi um dos sucessos cinematográficos de nossa década. E Verneuil não quis senão chamar a atenção para a atualidade do genocídio.

O jornal armênio – americano *HYE SHARRHOOM*, em sua edição de março de 97, publicou um discurso apresentado em Los Angeles pelo Prof. Dr. DICKRAN KONYMJIAN, por ocasião do segundo aniversário do Consulado da República Armênia naquela cidade da Califórnia. Diante do Cônsul Geral da Armênia em Los Angeles, Dr. Armen Baibourtian, o Prof. Dr. Konymjian expressou a atualidade do *Genocídio* como questão ainda não solucionada: “Armenia however, continued to suffer war, a massive blockade, lack of power, fuel, food, even fear that *together Azerbaijan and Turkey* would overrun it while the Great Powers stood by”.

E termina insinuando que o “diálogo” político entre a República da Armênia e as nações vizinhas não pode deixar de levar em consideração a história também sofrida dos armênios na Diáspora.

“I believe it is certain that the relationship between the diaspora and the Armenia, the “we” and the “they”, will evolve into a permanent dialogue between the “we” and the “we””.